



Education International  
Internationale de l'Éducation  
Internacional de la Educación



UNITE FOR QUALITY EDUCATION  
Better education for a better world

## 7º Congresso Mundial

**Otava recebe o 7º Congresso Mundial da Internacional da Educação**

Pág. 8

European Alliance  
for  
Apprenticeships



Good for youth,  
good for business

#ApprenEU

**FNE rubrica "Aliança das Aprendizagens"**

Pág. 2 e 3



**Milhões de crianças privadas da Educação em países em conflito**

Pág. 4

## FNE assinou em riga compromisso com os cursos de aprendizagem



A FNE foi uma das cinco organizações sindicais europeias filiadas no CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) a assinar, no passado dia 22 de junho, na Biblioteca Nacional da Letónia, em Riga, um "Compromisso" com a iniciativa da Comissão Europeia (CE) "Aliança pelas Aprendizagens", juntando-se assim a oito outras organizações sindicais da Alemanha, França, Holanda,

Lituânia, Malta, Polónia e Reino Unido que já o haviam feito em 2013. Aquele Comité congratula os sindicatos de professores e todos os demais, desejando-lhes o maior sucesso para atingirem os seus objetivos na melhoria da aprendizagem na Europa, através de um diálogo social eficaz.

A reunião, dividida entre

manhã e tarde, juntou a Presidência da Letónia, ministros da União Europeia responsáveis pela Educação e Formação Vocacional (em inglês: VET), a Comissão Europeia e parceiros sociais intersetoriais europeus, que definiram as "Conclusões de Riga", como um novo conjunto de prioridades para melhorar a Educação e Formação Vocacional para o período de 2015-2020. O CSEE saudou e apoia estes compromissos, que visam melhorar a educação e formação profissional na Europa, com especial enfoque na melhoria do desenvolvimento profissional inicial e contínuo de professores, formadores e tutores do ensino vocacional, tanto na escola como em contexto de trabalho.





No âmbito deste evento, o CSEE e a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE) assinaram um compromisso para melhorar ações conjuntas e individuais no sentido de melhorar a atratividade, a imagem e a qualidade do ensino e da aprendizagem da Educação e Formação Vocacional, melhorar o diálogo social sobre esta questão a nível europeu e nacional e, por último, desenvolver sinergias na cooperação entre escolas e empresas, na organização e garantia de uma aprendizagem de qualidade.

A convite da CE, a delegação da FNE a este evento foi constituída por Joaquim Santos e por Hugo Soares Gonçalves, de 17 anos, finalista do Curso Profissional Técnico de Energias Renováveis, na Escola Profissional de Aveiro, com participações no Projeto Europeu SOS WATER, 2ª



mobilidade, em 2014, na Turquia, no Campeonato Nacional das Profissões (Skills Portugal 2014) na categoria de Técnico de Energias Renováveis, tendo obtido o 1º lugar e no Projeto Europeu SOS WATER, 5ª mobilidade, que decorreu este ano em Itália. Numa cerimónia largamente participada, e vestindo uma

T-Shirt verde alusiva ao evento, Hugo Gonçalves subiu ao palco com Joaquim Santos, quando foi da assinatura digitalizada do “Compromisso” pela FNE.

Com esta assinatura, a FNE compromete-se, a partir de agora, a olhar para os cursos de aprendizagem com um olhar ainda mais estratégico, acreditando que estes cursos abrem caminhos para um emprego mais pleno, contribuindo para ultrapassar as difíceis barreiras de entrada dos jovens no mercado de trabalho.



Da esquerda para a direita:

Agnes Roman (CSEE), Hugo Soares  
(Escola Profissional de Aveiro) e  
Joaquim Santos (FNE)



## 34 milhões de crianças não vão à escola em países com conflitos - ONU

Trinta e quatro milhões de crianças e adolescentes não frequentam a escola em países afetados por conflitos, assinalou a 29 de junho a UNESCO, adiantando serem necessários 2,3 mil milhões de dólares (2 mil milhões de euros) para lhes proporcionar o acesso à Educação. .



Os dados integram um novo texto do relatório de acompanhamento da iniciativa Educação para Todos (EPT) da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O último relatório sobre a EPT, divulgado em abril, mostrava que apenas um terço dos 164 países que há 15 anos lançaram a iniciativa atingiram os objetivos fixados e identificava os conflitos como um dos maiores obstáculos ao progresso.

O novo texto indica que “as crianças em países afetados por conflitos têm mais do dobro das

probabilidades (...) de estarem fora da escola que as dos países não afetados”, enquanto para os adolescentes a probabilidade é dois terços maior, segundo um comunicado da UNESCO.

A Organização das Nações Unidas refere que uma das “principais razões” para o problema “é a falta de financiamento”. “Em 2014, a educação recebeu apenas 2% da ajuda humanitária”, adianta.

Os 2,3 mil milhões de dólares (2 mil milhões de euros) que a UNESCO considera necessários para fazer regressar à escola os 34 milhões de crianças e adolescentes nos países em conflito correspondem a 10 vezes o valor da ajuda disponibilizada para a educação atualmente.

A agência da ONU refere ainda que a atenção dos media leva a que alguns países sejam priorizados, o que explica que “mais de

metade da ajuda humanitária disponível para educação tenha sido atribuída a apenas 15 dos 342 pedidos feitos entre 2000 e 2014”.

Em 2013, foram identificados nos países em conflito como precisando de apoio ao nível da educação 21 milhões de pessoas. No entanto, apenas oito milhões foram incluídas nos apelos e destes só três milhões receberam ajuda, adianta o relatório.

“Voltar à escola pode ser a única centelha de esperança e de normalidade para muitas crianças e jovens em países mergulhados em crises”, sublinha a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, citada no comunicado.

Cerca de 58 milhões de crianças estão fora da escola em todo o mundo e 100 milhões não conseguem completar o ensino primário.





## Semestre Europeu focado nos que foram deixados para trás

Nos passados dias 25 e 26 de junho, por ocasião Conselho Europeu que se realizou em Bruxelas, os chefes de Estado e do Governo da União Europeia adotaram as recomendações por país para o ano de 2015, encerrando assim o Semestre Europeu deste ano. A bola está agora do lado dos estados membros que deverão pôr em prática estas medidas nos próximos 12 a 18 meses. Elaboradas e propostas pela Comissão Europeia em maio de 2015 por cada país membro da União Europeia – exceção feita à Grécia e ao Chipre que seguem os programas de ajustamento económico –, as recomendações por país centram-se principalmente na descida do desemprego e no aumento da empregabilidade na Europa.

Simultaneamente, mantém-se uma forte influência sobre o setor da Educação bem como sobre os professores, mais particularmente nos países que apresentam uma taxa de desemprego elevada junto dos jovens.

Este ano, 12 Estados-Membros receberam recomendações específicas

em relação a orçamentos e às reformas dos sistemas de educação e formação. “Na verdade, nenhum projeto de reforma educativa pode ser eficaz e ter êxito sem o envolvimento dos sindicatos no processo. O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia estão no caminho certo, comprometendo-se a aumentar o envolvimento dos parceiros sociais no Semestre Europeu. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer antes de professores, alunos e da comunidade educacional como um todo se sentirem parte destas reformas” afirmou Martin Rømer, diretor europeu do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).

Na verdade, a formação e a valorização profissional dos docentes figuram entre as prioridades das Recomendações por país para o domínio da Educação. Com efeito, a Comissão Europeia recomenda a implementação de reformas destinadas a promover a formação inicial e desenvolvimento profissional contínuo dos professores, considerando essencial para melhorar as competências centrais e reduzir o abandono escolar precoce.



## Resolução portuguesa sobre direito à educação aprovada nas Nações Unidas

Uma resolução sobre direito à educação apresentada por Portugal no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas foi aprovada a 2 de julho, “por consenso. Portugal reafirma na resolução “Direito à educação”, copatrocinada por 68 países, a importância de respeitar o direito à educação, nomeadamente em situações de emergência e conflito.

A resolução condena, em concreto, “os ataques, incluindo os terroristas, contra estabelecimentos de ensino” e reconhece “o grave impacto que tais

ataques têm na realização plena do direito à educação”.

Os Estados são chamados a “assumir as suas responsabilidades”, nomeadamente “reforçando a proteção de escolas e universidades” e “revendo as leis nacionais para garantir que os ataques contra escolas e universidades são punidos”.

Manter o direito à educação na agenda internacional fazia parte das prioridades desenhadas por Portugal quando concorreu a um mandato no Conselho de Direitos Humanos, órgão para o qual foi eleito em outubro de 2014.

Na resolução aprovada este mês, na 29.ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, Portugal reitera a importância de os Estados assegurarem que a agenda de desenvolvimento pós-2015 promova a realização do direito à educação.

Ao mesmo tempo, no documento defende-se que é preciso “acelerar os esforços para eliminar a discriminação de género” e garantir que todas as crianças, independentemente do sexo, têm igualdade no acesso à educação.

## Votado documento sobre igualdade de género no mercado de trabalho

O Comité dos Direitos e da Igualdade de Género das Mulheres do Parlamento Europeu votou, a 16 de junho, o relatório sobre a aplicação da diretiva relativa à garantia da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Os membros do Comité adotaram o documento com 24 votos a favor, dois votos contra e seis abstenções.

Com este relatório sobre a

aplicação da legislação na União Europeia (UE), o Parlamento analisa a forma como as orientações estão a ser aplicadas nos diversos Estados-Membros.

Esta versão preliminar diz respeito à Directiva 2006/54 / CE sobre a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres no mercado de trabalho. O documento abrange vários temas, tais como

a igualdade de salários, a igualdade de tratamento nos regimes profissionais de segurança social e a proibição de discriminação. O relatório retoma estes temas e critica o facto de, embora a maioria dos Estados-Membros terem aplicado a legislação prevista pela UE, a Comissão Europeia não ter acompanhado eficazmente a sua implementação.

# CELEBRA E PIB SERVIÇOS

A 23 de junho, o mundo inteiro teve oportunidade de celebrar o valor e os benefícios excepcionais dos serviços públicos. Com o cenário da próxima conclusão de um acordo sobre o programa para o desenvolvimento pós-2015 abraçar os novos objectivos para o desenvolvimento sustentável – que garantem a sucessão dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – foi destacado o papel fundamental desempenhado pelos serviços públicos no processo de desenvolvimento, enfatizando o papel crucial deste último na construção de sociedades igualitárias, inovadoras e prósperas.

Para assinalar a data a Comissão Europeia do Comércio, Cecilia Malmström organizou um Dia de Serviço Público com o objetivo de fazer um balanço dos acordos comerciais celebrados pela UE

até à data e discutir os rumos futuros da política comercial europeia. Considerando que os acordos comerciais oferecem benefícios consideráveis para os



Cecilia Malmström

Comissária para o Comércio  
(Comissão Europeia)

consumidores na UE e no resto do mundo, ou seja, "uma maior escolha e preços mais baixos", a Comissão Europeia pretende

continuar neste caminho, a fim de estimular o crescimento económico.

No entanto, a Comissão não fornece nenhuma informação para determinar o impacto da política comercial da UE sobre a aplicação dos direitos universais fundamentais, como a saúde, educação, água e saneamento. Também, até hoje, não foram avaliadas as consequências de uma concorrência desenfreada induzida pela liberalização do comércio sobre os direitos dos trabalhadores e as normas ambientais.

Por ocasião desta jornada o Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) salientou que a exploração comercial dos serviços públicos não resulta numa ampla gama de serviços mais baratos, mais abrangentes e de melhor qualidade para os cidadãos, mas por desvio de verbas públicas a favor de empresas privadas.

O CSEE convidou a Comissão Europeia e os governos a olhar muito seriamente para todos os fatores que contribuem para a melhoria da saúde, da educação e solicitou a eliminação da procura do lucro nestes setores.

## O CSEE APOIA SINDICATOS DE EDUCAÇÃO GREGOS

Em nome de todas as organizações sindicais europeias, o CSEE (Comité Sindical Europeu para a Educação) enviou uma carta de apoio às organizações gregas e insta os governos europeus a apoiarem a retomada das negociações. Na sua missiva, o CSEE refere alguns pontos que considera essenciais ter em conta, manifestando a sua total solidariedade para com as federações sindicais OLME e DOE, bem como a todos os seus membros.

Enquanto o governo grego e os seus credores internacionais estavam à mesa das negociações para chegar a um acordo e encontrar uma maneira de sair da situação económica e social devastadora da Grécia, que tem sua principal causa nas políticas de austeridade impostas ao país pelo BCE, pela CE e pelo FMI, o CSEE insta os ministros das Finanças europeus a acabarem com esta crise social e humanitária.

Milhares de professores e alunos têm sido duramente atingidos pelo grave impacto dos cortes drásticos no setor público e em todo o sistema educativo. Mais grave ainda é o facto de o encerramento temporário do

sistema bancário ter adiado o pagamento dos salários dos professores, os empréstimos dos universitários não poderem ser concedidos e os pais ficarem impedidos de financiar os seus filhos que estudam em universidades na Grécia e no estrangeiro.

À medida que a pressão internacional está a aumentar a um nível quase insuportável, o CSEE insta os líderes políticos a parar as prescrições rígidas e exorta-os a tomar as medidas necessárias que suportem o retorno ao crescimento económico contí-

nuo do país. Agora é hora de chegar a um acordo socialmente justo e economicamente viável que torne a dívida grega sustentável.

As organizações gregas podem contar com o apoio incondicional de CSEE na sua luta e determinação em defender os seus membros, os serviços públicos e a educação..





## Dirigentes sindicais da área da educação preparam-se para participar no maior congresso de sempre da Internacional da Educação

Quase duas mil pessoas rumam a Otava, Canadá, para participar no sétimo congresso da Internacional da Educação. As atividades pré congresso terão início no dia 19 de julho e centrar-se-ão no tema da diversidade de género e as minorias étnicas. Os mais de mil representantes das organizações sindicais debaterão os grandes temas e problemas

ligados à educação e estabelecerão as estratégias da Internacional da Educação para os próximos anos. Tal como anunciámos anteriormente a FNE participará neste evento, integrada na delegação europeia, e contribuirá com as suas posições sobre os temas em debate.



## Dirigentes da CPLP com fortes expectativas para este congresso

**Francisco Teodósio Nogueira,**  
da Organização Nacional dos Professores de Moçambique (ONP/SNPM)

- Promoção de coesão e unidade entre os seus membros e uma visão coletiva sobre a educação e o movimento sindical;
- Que o 7º Congresso seja um momento de reflexão coletiva e profunda sobre a educação no mundo, com enfoque na qualidade, inclusão e universalidade;
- Algumas resoluções do Congresso, devem apelar aos governos do mundo para que estes assumam, com responsabilidade, a importância por uma educação pública relevante, criando condições adequadas, promovendo um ambiente escolar saudável que motivem os professores e alunos de forma que eles se empenhem cada vez mais na educação

complementados com a participação dos pais e encarregados de educação, sobretudo no apoio e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem e valores universais dos seus filhos e educandos;

- Incremento da Consolidação e sustentabilidade das organizações sindicais do mundo inteiro. Apelo aos governos do planeta para que as organizações sindicais dos professores e trabalhadores da educação, não devem ser vistas como partidos da oposição mas como sinergias e forças vivas que complementam o desenvolvimento das nações.

**Guilherme Silva,**  
do Sindicato Nacional de Trabalhadores de Angola (SINPROF)

Que saiam decisões pertinentes relacionadas com as políticas da Educação no Continente Africano ou seja que a IE ajude, os Países da região, sobretudo da SADC, a pressionar os Governos para que 10% do PIB seja investido na Educação.

Rentabilização maior da Língua Portuguesa como língua de trabalho e maior interação no futuro, com os países lusófonos e os da região Austral de África. Há Países com maiores possibilidades económicas mas não há vontade política para se investir mais

na educação, assim não teremos a qualidade de Ensino que almejamos.

Continuamos com crianças a estudarem debaixo de árvores, sentadas nas pedras, que em nada contribui para a qualidade de ensino e aprendizagem. Que os Sindicatos filiados a IE sejam mais unidos e não estejam a "guerrear-se entre si" como acontece em muitos dos nossos Países. Investir na formação dos dirigentes sindicais.

## APELO À LIBERTAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL ESMAIL ABDI, PRESO PELO GOVERNO DO IRÃO

.Depois de tentar participar no sétimo Congresso Internacional da Internacional da Educação em Otava, Esmail Abdi foi preso na República Islâmica do Irão quando requereu um visto para o fazer. Um outro membro do mesmo sindicato, Peyman Nodinian viu confiscado o seu passaporte, pelas mesmas razões.

Inconformada com esta detenção, e esta posição incompreensível, a IE considera que o Irão infringiu a Convenção dos Direitos Humanos, incluindo a proteção da liberdade de expressão e de associação, bem como os direitos dos sindicatos em serem consultados relativamente às políticas relacionadas com a educação.

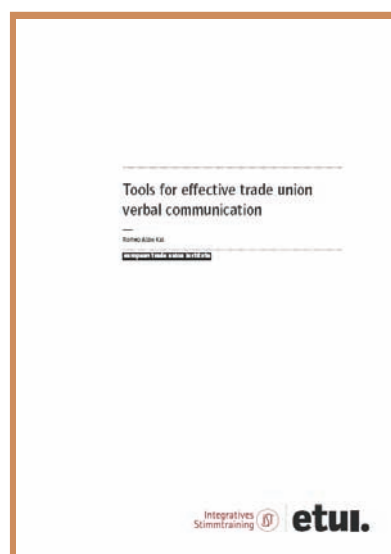


## PUBLICADO GUIA PARA A COMUNICAÇÃO EFETIVA PARA SINDICALISTAS E PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO

O ETUI publicou um manual sobre a utilização da voz, dirigido a sindicalistas e profissionais da comunicação, onde são apresentadas várias ferramentas e exercícios práticos para melhorar as suas habilidades de comunicação.

A voz, instrumento essencial no que diz respeito à comunicação e interação na esfera humana, está a ser um dos aspetos em destaque nas atividades da FNE e de alguns dos seus sindicatos durante este ano.

No seguimento desta preocupação, divulgamos o referido manual que pode ser útil a todos os que trabalham nesta área. O mesmo encontra-se disponível em PDF no sítio do ETUI <http://www.etui.org/Publications2/Guides/Tools-for-effective-trade-union-verbal-communication/>.



## Malala Yousafzai lembra crianças impedidas de ir à escola

A prémio Nobel da Paz Malala Yousafzai, que festejou o seu 18.º aniversário com jovens refugiados sírios no Líbano, acusou no passado dia 12 de julho os dirigentes mundiais de abandonarem as crianças sírias à sua sorte.

A jovem paquistanesa, gravemente ferida em 2012 por talibãs, inaugurou uma escola para meninas que vivem nos campos informais de refugiados sírios no vale de Bekaa, no leste do Líbano.

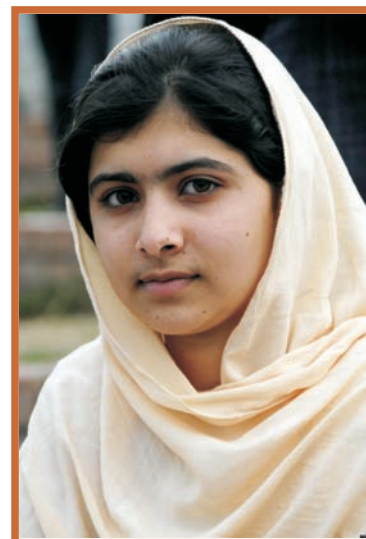
A escola batizada "Malala Yousafzai All-Girls" acolherá mais

de 200 sírias com idades entre os 14 e os 18 anos, oferecendo instrução e formação profissional, noticiaram as agências internacionais de notícias.

"Estou muito honrada por celebrar o meu 18.º aniversário com as corajosas e inspiradoras jovens sírias", afirmou Malala, num comunicado difundido a partir do Reino Unido.

"Estou aqui pelos 28 milhões de crianças que são impedidas de ir à escola em virtude do conflito armado", afirma Malala, acrescentando: "A sua coragem e o seu ardor em continuar os

estudos em condições difíceis inspira as pessoas no mundo inteiro e é nosso dever apoiá-las".



## Publicado um novo estudo sobre o ensino superior - European Tertiary Education Register (ETER).

Esta base de dados permite aceder a dados estatísticos sobre o Ensino Superior e foi construída por um consórcio de quatro parceiros - Universidade da Suíça Italiana, Joanneum Research, Graz, NIFU, Olso e Universidade da Sapienza de Roma, através de um contrato com o Directorate General Education and Culture of the European Commission (em cooperação com o EUROSTAT e as autoridades nacionais de estatística).

A ETER disponibiliza um conjunto de informações sobre 2200 instituições de ensino superior de 31 países, incluindo informação sobre pessoal docente, salários, orçamentos, assim como atividades de investigação. A maioria destes dados pode ser consultada e acedida através do [sítio http://eter.joanneum.at/imdas-eter/](http://eter.joanneum.at/imdas-eter/).





## Projeto piloto “Jacobus” inicia a sua acção promotora da Mobilidade entre as regiões do Norte de Portugal e da Galiza

Numa parceria alargada entre as universidades do Norte de Portugal e da Galiza está em execução o programa “Jacobus” que pretende promover a mobilidade transfronteiriça de investigadores e docentes universitários.

O programa JACOBUS é um programa de cooperação cultural, científica e pedagógica, financiado pela União Europeia, que tem como objetivo central fomentar a cooperação e o intercâmbio entre os recursos humanos das instituições de Ensino Superior da Euroregião Galiza-Norte de Portugal, visando o desenvolvimento conjunto de atividades formativas e de investigação.

Este programa é coordenado na região Norte pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), um organismo que tem por missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação. As onze instituições de ensino superior da região transfronteiriça a norte de Portugal e Espanha, no âmbito do aproveitamento do território transfronteiriço denominado “Macrorregião do Sudoeste Europeu”, pretendem fomentar a “cooperação triparti-

da” em vários domínios, desde o desenvolvimento económico à intensificação das parcerias científicas, culturais e de coesão territorial, colocando simultaneamente desafios consideráveis a novas formas de cooperação. De acordo com as prioridades já definidas entre a Galiza e o Norte de Portugal, as questões ligadas à ciência, à investigação e desenvolvimento e à inovação foram as que tiveram mais apoios em termos de prioridade de financiamento. .

## DELEGADOS DO TUAC CONTRA EDUCAÇÃO 2030 DA OCDE

O Grupo de Trabalho da Educação, Formação e Políticas de Emprego do TUAC (interface sindical mundial junto dos vários comités da OCDE) reuniu nos passados dias 29 e 30 de junho de 2015, nas instalações daquela organização, na Rua André Pascal, em Paris, França, para debater assuntos da educação e do emprego e ficar a conhecer o andamento os últimos projetos em curso, interagindo diretamente com os seus atores. No início da reunião, o inglês John Bangs (Presidente do Grupo de Trabalho) e John Evans (Secretário-Geral do TUAC) fizeram um resumo das reuniões mais recentes na área da educação, formação e políticas de emprego, nomeadamente a 5ª Cimeira Internacional da Profissão Docente, que decorreu em Banff, Alberta, Canadá, o Fórum e Conselho Anual de Ministros da OCDE, realizado entre 2 e 4 de junho de 2015, o Grupo de Trabalho do G20 sobre o Emprego e o Fórum Mundial da Educação, (19 a 22 de maio 2015).

Sobre a 5ª Cimeira Internacional da Profissão Docente, John Bangs assinalou que ficou mais uma vez assente que, em vários países, há muitos ministros que continuam a não sentar-se com os sindicatos. Porém, fez questão de sublinhar que Andreas Schleicher, diretor para a Educação e Qualificações da OCDE, continua a insistir que a melhor forma de se fazerem as

coisas é com governos e sindicatos, sentados lado a lado. A respeito do Fórum e Conselho Anual de Ministros da OCDE, John Evans sublinhou que tanto as organizações sindicais como a própria OCDE estão muito focadas na questão das **Desigualdades** e em tudo o que respeita à diferença entre 0 e 1 grau positivo, que tem muito que ver com o investimento no capital humano, logo com questões de educação, formação e competências/qualificações.

Um recente relatório da OCDE deste ano de 2015 sobre “**Qualificações Básicas Universais - o que é que os países têm a ganhar**” vem confirmar a conclusão de que um aumento nas qualificações de um país tem efeitos nos resultados do PISA e, por consequência, no crescimento do PIB *per capita*. Já no Grupo de Trabalho do G20 sobre o Emprego o tema da desigualdade foi mais uma vez prioritário. No próximo ano, a China será hóspede deste evento, o que



### Universal Basic Skills WHAT COUNTRIES STAND TO GAIN



O alargamento das qualificações básicas universais tem um impacto muito positivo no desenvolvimento de um país

será, nas palavras de John Bangs, um grande desafio de confronto de ideias e pontos de vista, tanto para nós TUAC, como para a própria OCDE.

No debate sobre este tema abordaram-se as questões relacionadas com o desajuste de competências, ressaltando-se da parte sindical a posição de que tal desajuste é também responsabilidade relevante dos empregadores, a quem cabe a missão de melhorar e/ou adequar as qualificações dos seus trabalhadores. Depois, coube ao canadiano David Caut fazer um resumo do Fórum Mundial da Educação, que teve três pontos principais na sua agenda, a saber o acesso e equidade na educação, o financiamento (que não deverá ser inferior a 6 % do PIB, nem a 15 a 20 % do orçamento geral de cada estado) e a prestação de contas e avaliação.

Sonia Guerriero (OCDE) apresentou o projeto sobre ensino inovador para uma aprendizagem eficaz, realçando que o conhecimento pedagógico é aquele que mais contribui para o desenvolvimento e resultados dos alunos e para maiores oportunidades de aprendizagem. Este projeto estuda também as questões relacionadas com a motivação docente, pois a recente pesquisa demonstra que a motivação do professor é tão relevante para o seu sucesso como a motivação do aluno o é para os seus resultados. John MC Gabhann (SG do TUI, Irlanda) comentou que neste projeto da OCDE parece que os professores não estão a ser vistos no seu contexto global de

atuação: motivação, contratos, precariedade, formação, desenvolvimento de carreira...

Coube a Stephanie Jamet fazer a apresentação sumária do relatório Skills Outlook 2015 – Juventude, Qualificações e Empregabilidade: pontos-chave e mensagens políticas. Sobre ele referiu Roland Schneider haver um determinismo do papel das competências, faltando-lhe nitidamente o papel dos empregadores. Glenda Quintini falou sobre qualificações e desigualdade, mencionando que a desigualdade de salários está fortemente associada com a oferta da rede de competências, especialmente no topo da distribuição salarial, sendo a relação mais modesta no sentido inferior até à base da pirâmide.

Karine Tremblay voltou ao TUAC para falar do TALIS 2013 e dos seus desenvolvimentos. O TALIS teve uma enorme influência em países como a Noruega (melhoria do feedback nas escolas e na avaliação), no Reino Unido (grande impacto na carga de trabalho e noutras áreas), em Singapura (jovens professores investiram mais em doutoramentos), na Dinamarca (envol-

veu sindicatos no debate educativo), tendo originado outros compromissos noutros países.

Porém, no caso particular do Japão o respetivo governo só reconheceu as questões do excesso de horas de trabalho dos professores. De acordo com a delegação japonesa, devido a pressões várias para se melhorarem os resultados no PISA, houve professores a trabalhar entre 89 e 110 horas por semana, também por causa de uma competição desenfreada entre as autoridades locais. As dez escolas com melhores resultados recebem agora um prémio em dinheiro. No outro lado da balança, o número de professores com doenças psiquiátricas igualou o número de professores que vão para aposentação. E o cenário no futuro do Japão prevê o despedimento de 40 mil professores nos próximos 10 anos.

O TALIS 2018 conta de momento com a inscrição de 43 países (Portugal não integra este grupo) e há ainda outros países interessados em entrar no relatório, que tem dois projetos satélite, a saber um estudo em vídeo sobre



práticas letivas (entre 2015 e 2017) e um estudo preparatório sobre o início da profissão, a concluir em 2016.

O TUAC prosseguiu com a apresentação dos dois representantes dos EUA sobre os Marketers da Educação: Atores corporativos no domínio da educação – o caso Pearson. Os americanos mencionaram a excessiva febre de todo o tipo de avaliações a professores e a escolas, nalguns casos, nas suas palavras, a rondar a paranóia. E apresentaram de seguida mais um documento (assinado pela AFT e NEA, dos EUA, SADTU, de África do Sul, NUT e ATL, Reino Unido e outras duas organizações não sindicais), denunciando a ingerência da indústria da educação nos EUA, África e Reino Unido, sendo um dos casos o da multinacional Pearson, cuja intenção é a de comercializar e privatizar a educação no mundo inteiro e em todos os níveis de ensino.

De acordo com o documento, a Pearson tornou-se o símbolo da busca do lucro e da destruição da escola pública. E acentua ainda: Os seus esforços no sul global

para transformar a educação num bem para ser vendido e comprado é uma séria ameaça à democracia e no limite aumenta a segregação e a marginalização. Em África, a indústria da educação tem ações muito fortes no Quênia, no Gana e na África do Sul. Na Europa, os seus efeitos são mais visíveis no Reino Unido. John Bangs falou de seguida sobre a hipotética Cimeira com os atores corporativos a nível mundial na Educação, sobre a qual há ainda muitas incertezas. Pablo Zoido, analista da OECD, apresentou o projeto PISA para o desenvolvimento, iniciativa lançada em 2012 para tornar o PISA mais acessível a outros países, em particular países em desenvolvimento. Há seis novas adesões, a saber: Guatemala, Senegal, Equador, Paraguai, Zâmbia e Cambodja. John Bangs referiu que a posição da IE sobre o PISA é muito clara: “nós temos um problema com as tabelas de resultados do PISA e o mais importante para nós são as políticas que o PISA nos propõe, assim como a sua implementação”. Por seu lado, Rob WEil (EUA) frisou que é inocente pensar-se que ter dados sobre estes seis países vai melhorar as suas escolas ou a sua educação: “Os países que financiam a entrada desta meia dúzia de países no PISA em desenvolvimento têm uma agenda de lucro na educação e querem aplicá-la”, sublinhou.

Abordaram-se ainda as reformas em curso no ensino francês, as atividades que decorrem na OCDE sobre o ensino superior, a revisão da OCDE das políticas

para melhorar a efetividade do uso de recursos nas escolas e a aprendizagem em contexto de trabalho no ensino profissional – como explorar melhor os benefícios.

A última apresentação do segundo dia de trabalhos, de nome, Proposta de projeto da OCDE Educação 2030, foi a que obteve menos aprovação por parte de todos os delegados mundiais, pois propõe o cenário de uma educação do futuro, repleta de privatizações, com a quase ausência de professores e da escola pública. Ouviram-se posições muito críticas a este cenário da OCDE, Mas a posição mais crítica veio uma vez mais de Rob Weil, que referiu que a OCDE foi basear-se em autores americanos da direita mais radical, para quem o presente e o futuro se resume a opções de privatização e de nenhuma ou quase nenhuma escola pública. “São escritores anti-escola pública e é um insulto darem neste estudo palpites sobre o futuro da educação”, rematou em tom duro.

O representante da FNE / UGT neste grupo de trabalho foi Joaquim Santos. A próxima reunião do TUAC realiza-se nos próximos dias 17 e 18 de dezembro deste ano, na OCDE, em Paris..





UNITE FOR QUALITY EDUCATION  
Better education for a better world

